
Relatório de Execução Orçamental

AdTA - Águas do Tejo Atlântico

2º trimestre 2018

Handwritten signature and initials in blue ink.

Índice do relatório

1. Demonstração de Resultados

2. Indicadores Económico-Financeiros

3. Indicadores Comerciais

4. Investimentos



I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.º Trimestre 2018

Demonstração de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	
Venda de subproduto	mEur	9	16	-	-	16	-	▲
Prestação de Serviços: Saneamento	mEur	20 566	41 143	-	-	41 143	-	▲
Rend. Construção (IFRIC 12)	mEur	669	3 162	-	-	3 162	-	▼
Desvio de recuperação de gastos	mEur	-3 913	-12 864	-	-	-12 864	-	▼
Volume de Negócios	mEur	17 330	31 456	-	-	31 456	-	▼
Custo das vendas/variação inventários	mEur	-1 067	-4 294	-	-	-4 294	-	▲
Margem Bruta	mEur	16 263	27 162	-	-	27 162	-	▼
Fornecimentos e serviços externos	mEur	-6 291	-12 154	-	-	-12 154	-	▲
Gastos com pessoal	mEur	-2 880	-5 304	-	-	-5 304	-	▲
Amortizações	mEur	-4 945	-9 910	-	-	-9 910	-	▲
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	mEur	0	16	-	-	16	-	▲
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mEur	- 192	- 335	-	-	- 335	-	▼
Subsídios ao Investimento	mEur	1 184	2 373	-	-	2 373	-	▲
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mEur	127	197	-	-	197	-	▲
Resultados Operacionais	mEur	3 266	2 045	-	-	2 045	-	▼
Gastos Financeiros	mEur	-2 059	-4 114	-	-	-4 114	-	▲
Rendimentos Financeiros	mEur	299	604	-	-	604	-	▲
Resultados Financeiros	mEur	-1 760	-3 509	-	-	-3 509	-	▲
Resultados Antes de imposto	mEur	1 506	-1 464	-	-	-1 464	-	▼
Imposto sobre o Rendimento	mEur	- 138	1 050	-	-	1 050	-	▲
Resultado Líquido do Exercício	mEur	1 369	- 414	-	-	- 414	-	▼

Indicadores de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (ajustado) ¹	mEur	7 180	14 910	-	-	14 910	-	7 558
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (ajustado) ¹	mEur	10 940	22 431	-	-	22 431	-	15 729
Margem EBITDA (ajustado) ¹	%	53,2%	54,5%	-	-	54%	-	40%
Gastos Operacionais/EBITDA (ajustado) ¹	%	134%	129%	-	-	129%	-	226%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

INTRODUÇÃO

- Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, em que foi constituída a sociedade Águas do Tejo Atlântico (Tejo Atlântico), por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, (Vale do Tejo), foi estabelecido que a data de efeitos contabilísticos e fiscais retroagiu a 1 de janeiro de 2017.

- As operações efetuadas pela Vale do Tejo, com referência à exploração e gestão do sistema entre 1 de janeiro de 2017 e a data de entrada em vigor do referido diploma legal, acrescido do período de transição operacional previsto no artigo 61º, determinaram que a Tejo Atlântico iniciasse a atividade de forma autónoma a 1 de julho de 2017.

A migração das contas do primeiro semestre de 2017, foi por isso efetuada no segundo semestre, levando a que a Tejo Atlântico não disponha de fechos contabilísticos dos meses de janeiro a junho desse ano, motivo pelo qual não se apresentam valores no período homólogo.

- Os valores de orçamento apresentados correspondem à estimativa para o período em análise - 2º trimestre de 2018, constante do Plano de Atividades e Orçamento (PAO), para o triénio 2018-2020, submetido à Tutela em 19/10/2017.

- Por despacho de 27/02/2018, do Ministério das Finanças, a aprovação do referido PAO foi indeferida, por este não incorporar a melhor estimativa, por falta de dados reais na extrapolação de valores. Refira-se que à data da sua apresentação, a Tejo Atlântico ainda não dispunha de dados históricos para o efeito,



I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.º Trimestre 2018

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (RL)

(0,4) M€

O Resultado Líquido a junho é negativo em 0,4 milhões de euros, devido ao efeito do registo da correção ao desvio de recuperação de gastos de 2017, na sequência da decisão do Regulador sobre a eficiência produtiva desse ano.

Com o registo da correção ao desvio de 2017, o apuramento do resultado passa a considerar:

- A remuneração acionista, correspondente à remuneração garantida do capital investido apurada com base na variação média da Taxa OT no período (1,84%), acrescida de 3% de prémio de risco (≅2,7 M€);
- A correção ao desvio de 2017, que origina o registo de menos gasto (-3,1 M€).

A correção ao desvio de 2017 resulta da não aceitação pelo Regulador, das imparidades de dívidas de clientes registadas no valor de 3,1 M€, por estas não estarem consubstanciadas em acordos escritos e assinados entre as partes. É de referir que o efeito do registo do desvio de 2017 no RL de 2018, será anulado quando os acordos forem assinados e contabilizados, o que se perspetiva que ocorra durante o corrente ano.

O resultado alcançado no período, sem o efeito do DRG foi de 9,0 milhões de euros, conforme se demonstra no quadro:

Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)		1º Trim 2018	2º Trim 2018
Resultado Líquido sem desvio (RL)	mEur	4 236,5	9 012,8
Correção do Desvio de 2017 (CD)	mEur	0,0	3 143,4
Remuneração Acionista (RA)	mEur	1 368,8	2 729,1
Desvio de Recuperação de Gastos Líquido	$DRG_L = (RL) + (CD) - (RA)$	-2 867,8	9 427,1
Taxa de imposto	Taxa	26,72%	26,72%
Desvio de Recuperação de Gastos Bruto	$DRG_b = DRG_L / (1 - \alpha)$	-3 913,4	12 864,4

Comparativamente ao orçamentado tem-se em junho de 2018 uma taxa média de OT menor que a prevista (3,10%), o que, associado à correção do desvio de 2017, contribui para a variação do RL. Já no que respeita à variação do DRG, a diferença é bastante significativa, pois em orçamento estimou-se um desvio deficitário, essencialmente devido a um nível de gastos operacionais superiores aos incorridos.

É de salientar que o PAO foi efetuado com base no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), porque à data da sua elaboração não estavam disponíveis dados históricos reais para servirem de base à elaboração da melhor estimativa, conforme já referido.

VOLUME DE NEGÓCIOS (VN)

31,5 M€

Prestação de serviços	41,2 M€
Rendimentos da Construção (IFRIC 12)	3,2 M€
Desvio de Recuperação de Gastos	(12,9) M€

A Prestação de Serviços apresenta uma variação de apenas 1% face ao orçamentado. A determinação dos rendimentos tarifários da concessão contribui para o alinhamento de valores, sendo o desvio essencialmente resultante da atividade faturada com base em medição de caudal, tais como o transporte e o serviço de tratamento prestado a utilizadores privados.

No que respeita ao réditto (IFRIC12), a variação face ao orçamento é inerente à variação do investimento realizado vs previsto, uma vez que a empresa não tem margem com os serviços da construção.

GASTOS OPERACIONAIS (GO)

28,8 M€

- Os Gastos Operacionais (GO) sem o efeito da IFRIC12, ascendem a 28,8 milhões de euros, donde resulta para o orçamento (35,5 Meur) um desvio favorável de 19%.

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e o Custo das Vendas são os gastos que contribuem mais significativamente para a formação dos GO.

A orçamentação com base no EVEF está na base destes desvios favoráveis, que também se traduzem numa evolução positiva do EBITDA.

- O custo das vendas registado foi de 1,1 milhões de euros, sem o efeito da IFRIC 12. Comparativamente ao valor orçamentado temos um desvio favorável de 43%.

- Os Fornecimentos e Serviços Externos têm uma realização de 12,2 milhões de euros, cifrando-se em cerca de 31% abaixo do valor orçamentado.

- Os Gastos com Pessoal ascendem a 5,3 milhões de euros, apresentando uma realização 2% abaixo do orçamentado. Para esta situação contribuiu essencialmente o facto de terem sido capitalizados serviços internos das áreas técnicas associadas à realização de investimentos.

- As amortizações são de 9,9 milhões de euros apresentando um desvio favorável de 3%, face ao orçamentado.

SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO

2,4 M€

- O subsídio ao investimento reconhecido apresenta um desvio favorável na ordem dos 18% face ao orçamentado.

RESULTADO FINANCEIRO

(3,5) M€

- O resultado financeiro é negativo em 3,5 milhões de euros. Para a sua formação contribuíram 0,6 milhões de euros de ganhos e 4,1 milhões de gastos, na sua maioria decorrentes de juros de empréstimos BEI.

Comparativamente ao previsto em orçamento o resultado apresenta um desvio positivo de cerca de 11%, essencialmente devido à obtenção de menores gastos e maiores rendimentos no semestre.

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

2.º Trimestre 2018

Demonstração da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	Orçam.
Ativos não correntes	mEur	565 860	552 470	-	-	552 470	-	533 867 ▲
Ativo intangível	mEur	460 833	459 316	-	-	459 316	-	464 077 ▼
Ativo fixo tangível	mEur	192	178	-	-	178	-	924 ▼
Desvios de recuperação gastos	mEur	37 062	28 111	-	-	28 111	-	34 430 ▼
Fundo reconstituição capital	mEur	11 289	8 446	-	-	8 446	-	11 288 ▼
Impostos diferidos ativos	mEur	54 635	54 722	-	-	54 722	-	20 548 ▲
Clientes e outros ativos não correntes	mEur	1 849	1 696	-	-	1 696	-	2 600 ▼
Ativos correntes	mEur	101 530	96 473	-	-	96 473	-	124 600 ▼
Clientes	mEur	21 171	23 990	-	-	23 990	-	20 247 ▲
Disponibilidades	mEur	46 047	9 210	-	-	9 210	-	101 766 ▼
Outros ativos correntes	mEur	34 312	63 273	-	-	63 273	-	2 587 ▲
Total do Ativo	mEur	667 390	648 943	-	-	648 943	-	658 467 ▼
Capital Social	mEur	113 528	113 528	-	-	113 528	-	113 528 =
Ações próprias	mEur	- 6 458	- 6 458	-	-	- 6 458	-	0 ▼
Reservas e outros ajustamentos	mEur	344	344	-	-	344	-	31 185 ▼
Resultados transitados	mEur	372	372	-	-	372	-	2 720 ▼
Resultado líquido	mEur	1 369	- 414	-	-	- 414	-	3 532 ▼
Total do Capital Próprio	mEur	109 154	107 371	-	-	107 371	-	150 965 ▼
Passivos não Correntes	mEur	520 305	514 414	-	-	514 414	-	489 656 ▲
Financiamentos obtidos	mEur	229 785	226 653	-	-	226 653	-	228 713 ▼
Subsídios ao investimento	mEur	138 126	136 936	-	-	136 936	-	117 168 ▲
Acrés. Custos Investim. Contratual	mEur	123 462	124 501	-	-	124 501	-	108 827 ▲
Outros passivos não correntes	mEur	28 932	26 324	-	-	26 324	-	34 948 ▼
Passivos Correntes	mEur	37 932	27 159	-	-	27 159	-	17 846 ▲
Financiamentos obtidos	mEur	8 414	8 796	-	-	8 796	-	8 149 ▲
Outros passivos correntes	mEur	29 518	18 363	-	-	18 363	-	9 697 ▲
Total do Passivo	mEur	558 237	541 572	-	-	541 572	-	507 502 ▲
Total do Passivo e do Capital Próprio	mEur	667 390	648 943	-	-	648 943	-	658 467 ▼

Indicadores da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	Orçam.
Capital Empregue ¹	mEur	307 977	402 015	-	-	402 015	-	468 475
Autonomia Financeira	%	16%	17%	-	-	17%	-	23%
Liquidez Geral	n.º	2,7	3,6	-	-	3,6	-	7,0
Solvabilidade	n.º	0,2	0,2	-	-	0,2	-	0,3
Fundo de Maneio	mEur	63 599	69 315	-	-	69 315	-	106 753
ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue ¹	%	2,3%	3,7%	-	-	3,7%	-	1,6%
ROE - Rentabilidade do Capital Próprio	%	1,3%	-0,4%	-	-	-0,4%	-	2,3%
ROA - Rentabilidade dos Ativos	%	0,2%	-0,1%	-	-	-0,1%	-	0,5%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

POSIÇÃO FINANCEIRA

- O Ativo total atinge os 648,9 milhões de euros, representando o ativo intangível 459,3 milhões de euros.

- O desvio de recuperação de gastos acumulado é de 28,1 milhões de euros, traduzindo na sua evolução, o efeito do registo da correção ao desvio de 2017.

- Os investimentos financeiros suportados pelo Fundo de Reconstituição do Capital proveniente das empresas extintas, registaram em junho uma redução de 2,8 milhões de euros, na sequência do vencimento do CEDIM (Certificado Especial de Dívida de Médio e Longo Prazo), constituído pela Águas do Oeste. Saliente-se que à medida que estes certificados se forem vencendo, o seu valor é transferido para as disponibilidades da empresa.

- A dívida corrente de Clientes, sem imparidades, ascende a 28,2 milhões de euros dos quais 26,1 milhões de euros são relativos a clientes municipais.

- Em Clientes de mlp estão registados 1,7 milhões de euros relativos ao acordo celebrado com o Município da Nazaré.

- Os outros ativos correntes no total de 63,3 milhões de euros são compostos por Devedores Diversos, Devedores por Acréscimos de Rendimentos (juros) e por Empréstimos Concedidos. A variação face ao valor orçamentado resulta essencialmente do empréstimo concedido à Holding, que a junho ascende a 60,0 milhões de euros.

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

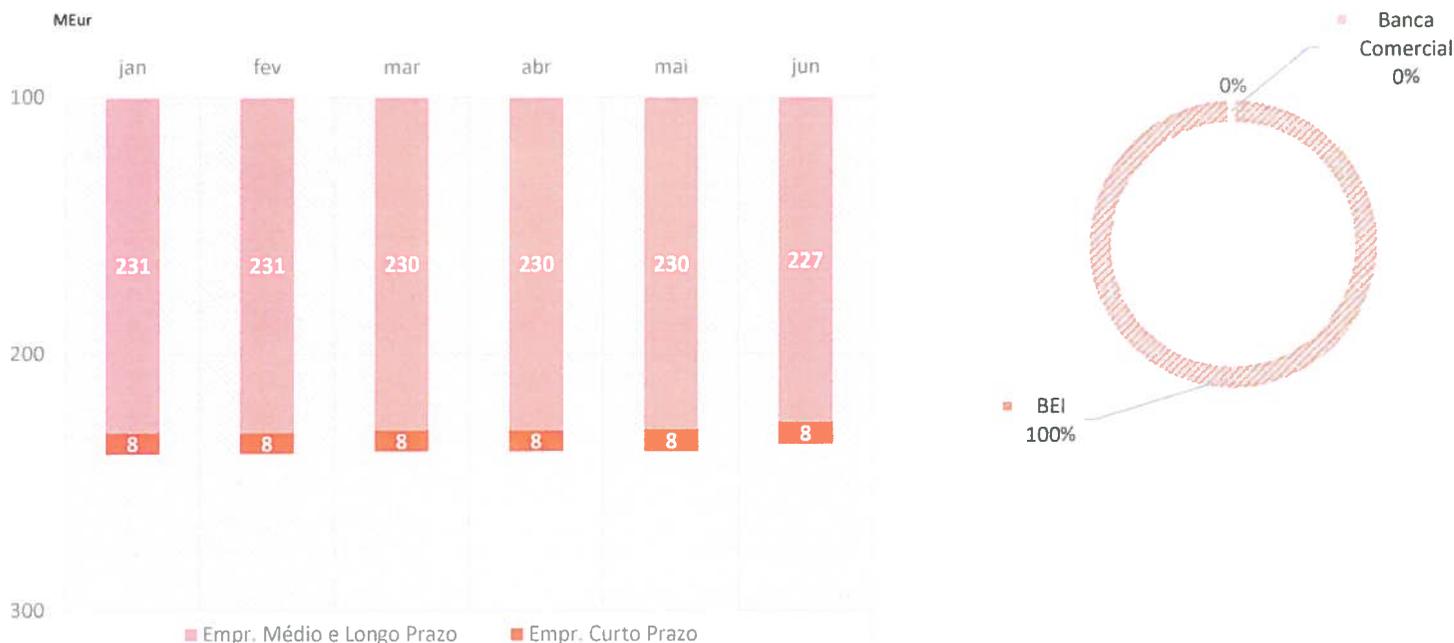
2.º Trimestre 2018

Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	Orçam.
Empréstimos	mEur	238 199	235 449	-	-	235 449	-	236 862
Médio e Longo Prazo	mEur	229 785	226 653	-	-	226 653	-	228 713
BEI	mEur	231 188	228 032	-	-	228 032	-	228 713
Ajust. para o custo amortizado	mEur	-1 403	-1 379	-	-	-1 379	-	0
Curto Prazo	mEur	8 414	8 796	-	-	8 796	-	8 149
BEI	mEur	8 414	8 796	-	-	8 796	-	8 149

Indicadores de Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	Orçam.
Dívida Financeira	mEur	238 199	235 449	-	-	235 449	-	236 862
Debt to equity	%	2,2	2,2	-	-	2,2	-	1,6
Net Debt - Endividamento líquido ¹	mEur	150 363	157 793	-	-	157 793	-	123 808
Net Debt to EBITDA ¹	n.º	3,4	3,5	-	-	3,5	-	3,9
PMR - Prazo Médio de Recebimentos	dias	60	69	-	-	69	-	84
PMP - Prazo Médio de Pagamentos	dias	70	60	-	-	60	-	59

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

Endividamento



DÍVIDA FINANCEIRA 235,4 M€

- O Endividamento é integralmente suportado por financiamento do BEI. No trimestre foram amortizados 3,9 milhões de euros de dívida.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO 157,8 M€

- A formação do Endividamento Líquido engloba o valor dos empréstimos e o conjunto de disponibilidades existentes, onde se inclui o empréstimo concedido à Holding, que a junho regista um total de 60,0 milhões de euros. A variação deste indicador (Net Debt) para o orçamentado, resulta essencialmente do nível de disponibilidades previstas ser superior às efetivas, já que o endividamento está alinhado.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

3. INDICADORES COMERCIAIS

2.º Trimestre 2018

Atividade Comercial		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	Orçam.
Volume de atividade (faturado)	Mm³	45,6	45,8	-	-	91,4	-	90,6
Volume de atividade - saneamento	Mm ³	45,6	45,8	-	-	91,4	-	90,6
Volume de Negócios³	mEur	20 575	20 585	-	-	41 159	-	40 701
Volume negócios - saneamento	mEur	20 575	20 585	-	-	41 159	-	40 701
Dívidas de Utilizadores				-	-	-		
Dívida total	mEur	25 612	28 201	-	-	28 201	-	20 247
Dívida vencida total	mEur	9 721	9 704	-	-	9 704	-	n.d.
Acordos de pagamento	mEur	2 682	2 530	-	-	2 530	-	n.d.
Injunções	mEur	3 684	3 684	-	-	3 684	-	n.d.

³ Não inclui o efeito do Desvio de recuperação de gastos nem os Rendimentos de Construção.

Faturação		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	Orçam.
Total de efluentes faturados Municípios	mm³	45 599	45 648	-	-	91 247	-	90 612
Sistema da Grande Lisboa	mm ³	40 170	40 170	-	-	80 341	-	80 392
Sistema do Oeste	mm ³	5 429	5 477	-	-	10 906	-	10 219
Total de efluentes faturados Outros	mm³	50	121	-	-	171	-	0
TOTAL	mm³	45 649	45 769	-	-	91 418	-	90 612

Dívidas de Utilizadores *	mEur	2018						
		Div. Total	Vencida	Div. Corrente	Div. Acordos	Div. Injunções	Div. Juros	Div. Outros
Dívida Total		26 090	9 648	19 134	2 530	3 684	741	0

* Dívida respeitante a Municípios

DÍVIDA DE CLIENTES MUNICIPAIS

26,1 ME

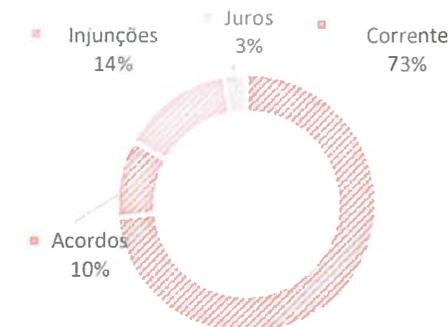
- A Dívida total dos utilizadores Municipais ascende a 26,1 milhões de euros, dos quais 9,6 milhões de euros são dívida vencida. Na dívida vencida os valores mais significativos são relativos aos Municípios de Torres Vedras, num total de 5,1 milhões de euros, dos quais 1,8 milhões de euros estão titulados.

ATIVIDADE

91,4 Mm³

- O caudal de água residual faturado foi de 91,4 milhões de m³. Este caudal é formado pelo caudal resultante dos rendimentos tarifários aplicados aos clientes municipais, que têm uma tarifa implícita, acrescido do caudal medido e faturado aos restantes clientes do sistema.

O sistema da Tejo Atlântico abrange, quase na totalidade, 23 Municípios, situados na Grande Lisboa e Oeste. Os volumes mais significativos situam-se na Grande Lisboa, que representa 88% do total de atividade, com destaque para Lisboa, Sintra, Cascais, Oeiras, Amadora, Loures e Odivelas.



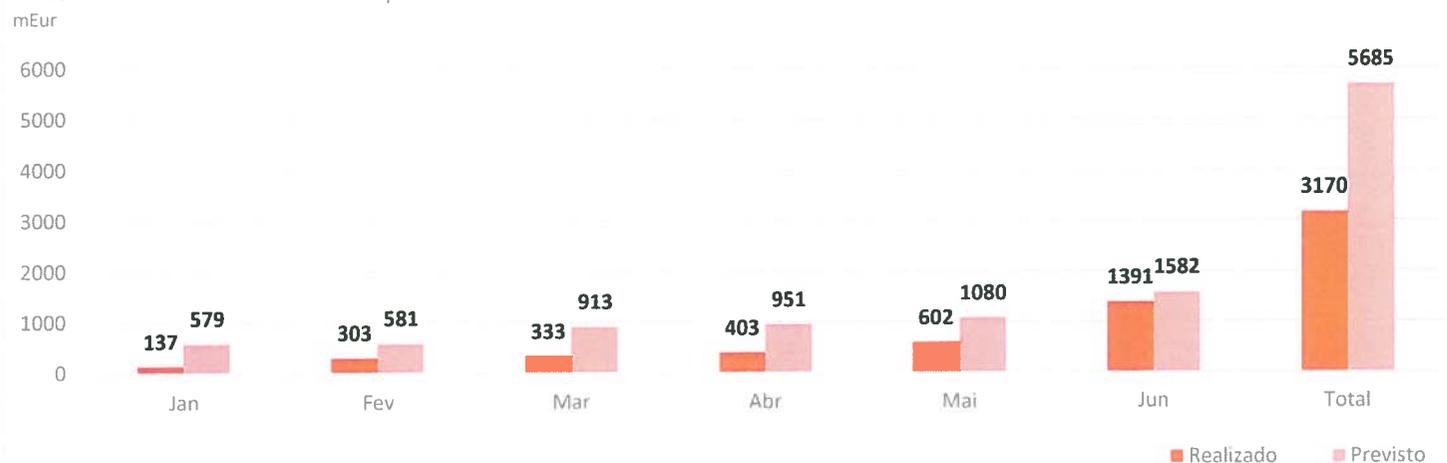
Handwritten signature/initials in blue ink.

4. INVESTIMENTOS

2.º Trimestre 2018

Investimento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	Orçam.
Investimento	mEur	774	2 396	-	-	3 170	-	5 685
Saneamento	mEur	769	2 393	-	-	3 162	-	5 685
Estrutura	mEur	5	3	-	-	8	-	0

Investimento mensal: realizado vs previsto



INVESTIMENTO

3,2 M€

- A realização de investimento mantém-se ainda reduzida face ao orçamentado, com um desvio de 44%.

A realização no semestre decorre essencialmente das seguintes obras:

- Construção do emissário de A-do-Baço;
- Remodelação da ETAR da Maceira;
- Construção da Estação Elevatória da Carvoeira - Fase II;
- Melhorias de Proteção e Segurança na ETAR de Chelas;
- Execução de diversas reparações de construção civil;
- Reabilitação do sistema elevatório da Póvoa de Santa Iria;
- Reabilitação do emissário da Castelhana no troço entre a A5 e o intercetor geral.

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2018 DA
ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.

INTRODUÇÃO

1. O Conselho Fiscal da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA), apresenta o seu relatório de conclusões, referente à análise do Relatório de Execução Orçamental do segundo trimestre de 2018 (doravante designado por REO 2T 18), aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2018.
2. O REO 2T 18 em análise pelo Conselho Fiscal, apresenta-se com o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2018 aprovado em Conselho de Administração de 12 de outubro de 2017 e submetido no SIRIEF no dia 19 de outubro de 2017, e tendo em consideração a respetiva "Adenda" elaborada pela Comissão Executiva em 11 de Janeiro de 2018. Este PAO tem as seguintes limitações:
 - foi elaborado com base no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), o qual inclui premissas que estão desatualizadas face à realidade atual da atividade da AdTA;
 - à data deste parecer, o PAO e a respetiva Adenda para o ano de 2018 ainda não se encontra aprovada pela Tutela, e;
 - não acomoda as alterações emitidas pelo DLEO 2018_Decreto-lei 33_2018 de 15 de maio.

RESPONSABILIDADES

3. Nos termos do disposto no artigo 25.º, n.ºs 2 e 3 e ao abrigo do artigo 44.º, n.º 1, alínea i) do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial ("RJSPE"), é da responsabilidade dos titulares dos órgãos de Administração das empresas públicas, a preparação dos REO trimestrais por forma a especificar e divulgar o nível de execução orçamental, incluindo o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as operações financeiras contratadas.
4. A nossa responsabilidade, no âmbito dos mesmos diplomas, é proceder à análise da informação financeira incluída no REO 2T 18 e emitir um relatório de conclusões.

Para o efeito, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da AdTA ao longo do segundo trimestre de 2018, através (i) da leitura das atas das reuniões da Comissão Executiva, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, (ii) análise da informação facultada pelo controlo de gestão, (iii) e do contacto com a Administração e seus Serviços.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

5. O REO 2T 18 apresenta os seguintes desvios entre os valores reais e os orçamentados para o mesmo período, na Demonstração da Posição Financeira e na Demonstração de Resultados:

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

<i>Em mEuros</i>	2º trimestre de 2018 (Acumulado)				Desvio em mEuros
	Real		PAO 2018		
Demonstração da Posição financeira	Real	%	PAO 2018	%	
Ativo não corrente	552 470	85%	533 867	81%	18 603
Ativo corrente	96 473	15%	124 600	19%	(28 127)
Total do ativo	648 943	100%	658 467	100%	(9 524)
Capitais próprios	107 371	17%	150 965	23%	(43 594)
Passivo não corrente	514 414	79%	489 656	74%	24 758
Passivo corrente	27 158	4%	17 846	3%	9 312
Total do passivo	541 572	83%	507 502	77%	34 070
Total dos capitais próprios e passivo	648 943	100%	658 467	100%	(9 524)

ATIVO

Face ao ativo previsto, a posição financeira real da AdTA no segundo trimestre de 2018, apresenta um desvio desfavorável de 9,5 milhões de euros (1º trimestre de 2018: desvio favorável de 4,1 milhões de euros). Neste desvio, predominam os seguintes factos:

Ativo	2º trimestre de 2018 (Acumulado)		Desvio em mEuros
	Real	PAO 2018	
Disponibilidades	9 210	101 766	(92 556)
Empréstimos concedidos	60 000	0	60 000
Impostos diferidos ativos	54 722	20 548	34 174
Desvio de recuperação de gastos	28 111	34 430	(6 319)
Ativo intangível	459 316	464 077	(4 761)
Outros ativos	37 584	37 646	(62)
Total do ativo	648 943	658 467	(9 524)

h.
A.T.
fina

Breves considerações sobre os principais desvios:

- Parte do desvio negativo ocorrido na rubrica "Disponibilidades", é explicado pelo desvio em sentido contrário apresentado na rubrica "Empréstimos Concedidos", sendo que este último, representa transações com a AdP SGPS, as quais não estavam previstos em sede de EVEF/PAO 2018. Acresce ainda que, a rubrica "Disponibilidades" resulta do apuramento final das diferenças de orçamentação, pelo que o seu montante não é de fácil previsão ou explicação;
- O EVEF apresenta diferenças substanciais para a posição financeira de abertura (01/01/2017), essencialmente porque teve por base alguns critérios e valores que não se vieram a concretizar na cisão, facto que explica o desvio na rubrica "Impostos diferidos ativos";
- A Entidade face ao previsto, apresenta um desvio de recuperação de gastos favorável de cerca de 6 milhões de euros.

Analisando a evolução do desvio tarifário ativo real entre o 2º trimestre de 2018 e 31 de dezembro de 2017, resulta a seguinte reconciliação:

Descrição	Meuros
Ativo - Desvio tarifário real no balanço em 31.12.2017	40 976
Correção do desvio tarifário do ano de 2017	(4 143)
Desvio tarifário do 1º e 2º trimestres de 2018	(8 722)
Total do desvio de recuperação de gastos (DRG) no 2º trimestre de 2018 na DR	(12 865)
Ativo - Desvio tarifário real no balanço em 30.06.2018	28 111

Constata-se que no segundo trimestre de 2018, a Entidade optou por corrigir o desvio tarifário do ano de 2017, em consequência da decisão do regulador (ERSAR), situação que originou um ajustamento negativo ao resultado antes de impostos no 2º trimestre de 2018 de 4,1 milhões de euros, facto que não estava previsto no PAO de 2018. Daqui decorre que, o real desvio tarifário acumulado dos dois primeiros trimestres de 2018, equivale a uma recuperação (superavit) de 8,7 milhões de euros.

- O ativo intangível face ao previsto, apresenta um desvio negativo de cerca de 4,8 milhões de euros (1º trimestre de 2018: 3,5 milhões de euros) em virtude da existência de um menor investimento face ao previsto:

h.
AM
h/a

<i>Em mEuros</i>	2º trimestre de 2018 (Acumulado)		% de execução efetiva
	Real	PAO 2018	
Investimento			
Soncamento	3 162	5 685	56%
Estrutura	8	0	-
Total do passivo	3 170	5 685	56%

Assim, somente cerca de 56% (1º trimestre de 2018: 37%) do investimento previsto para o 2º trimestre de 2018, encontra-se executado.

CAPITAIS PRÓPRIOS

Face ao capital próprio previsto, a posição financeira real da AdTA no segundo trimestre de 2018, apresenta um desvio desfavorável de cerca de 44 milhões de euros (1º trimestre de 2018: desvio desfavorável de 40 milhões de euros). Neste desvio, predominam os seguintes factos:

<i>Em mEuros</i>	2º trimestre de 2018 (Acumulado)		Desvio em mEuros
	Real	PAO 2018	
Demonstração da Posição financeira			
Capital social	113 528	113 528	
Ações próprias	(6 458)	0	(6 458)
Reservas	344	31 185	(30 841)
Resultados transitados	371	2 720	(2 349)
Resultado líquido	(414)	3 532	(3 946)
Total dos capitais próprios	107 371	150 965	(43 594)

Como anteriormente referido, o EVEF/PAO 2018 apresenta diferenças substanciais para a posição financeira de abertura, pois fundamenta-se em determinados critérios e valores que não se vieram a concretizar na cisão – é o caso da rubrica “Reservas”, pois em EVEF/PAO2018 estão previstas, para além da “Reserva Legal” de 435 mil euros, aproximadamente, 30,8 milhões de euros de “Outras variações de capital próprio”, provenientes da abertura prevista, os quais em sede de execução real não se verificaram. Acresce que no real a junho de 2018, existem “Ações Próprias”, as quais não foram previstas no EVEF/PAO 2018.

O resultado líquido do segundo trimestre de 2018 (negativo em 414 mil euros) apresenta, face ao previsto (3,5 milhões de euros), um desvio desfavorável de 3,9 milhões de euros.

Todavia, se excluirmos, nomeadamente, do resultado líquido real do segundo trimestre de 2018 (negativo em 414 mil euros) o efeito líquido da correção ao desvio tarifário de 2017 (3 milhões de euros), facto não previsto no PAO de 2018, o resultado líquido real ajustado, face ao previsto, mantém um desvio desfavorável, mas de menor dimensão, isto é, cerca de 910 mil euros:

Descrição	M euros
1) RL real no 2º trimestre de 2018	(414)
DRG:	
2) Correção do desvio tarifário do ano de 2017	4 143
3) Taxa de IRC	26,72%
4) Efeito fiscal (2*3)	(1 107)
5) = 2) + 4)	3 036
6) = 1) + 5) RL real ajustado no 2º trimestre de 2018	2 622
7) RL previsto para o 2º trimestre de 2018	3 532
8) = 6) + 7) = Diferença	(910)

PASSIVO

Face ao passivo previsto, a posição financeira real da AdTA no segundo trimestre de 2018, apresenta um desvio desfavorável de 34 milhões de euros (1º trimestre de 2018: desvio desfavorável de 44 milhões de euros). Neste desvio, predominam os seguintes factos (ordenado por valor absoluto dos desvios em mEuros):

Em mEuros	2º trimestre de 2018 (Acumulado)		Desvio em mEuros
	Real	PAO 2018	
Passivo			
Subsídios ao investimento	136 936	117 168	19 768
Acréscimos de Investimento Contratual	124 501	108 827	15 674
Financiamentos obtidos	235 449	236 862	(1 413)
Outros passivos	44 686	44 645	41
Total do passivo	541 572	507 502	34 070

Os aumentos face ao previsto, nas rubricas “Subsídios ao Investimento (não corrente)” e “Acréscimos de Investimento Contratual (não corrente)”, respetivamente, decorrem da diferença existente entre o caudal real e o estimado, pois ambas as rubricas estão condicionadas pelas taxas de amortização aplicadas aos investimentos em ativos intangíveis, sendo que as taxas de amortização neste modelo de concessão, são definidas com base nos caudais.

A rubrica “Financiamentos obtidos” encontra-se, aproximadamente, em linha com o previsto.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

<u>Em mEuros</u>	2º trimestre de 2018 (Acumulado)		Desvio em mEuros	Desvio %
	Real	PAO 2018		
Demonstração dos resultados				
Venda de subprodutos	15		15	-
Prestação de serviços (saneamento)	41 143	40 701	442	1%
Serviços de construção (IFRIC 12) - réditos	3 162	5 684	(2 522)	-44%
Défice / (Superavit) tarifário	(12 864)	1 296	(14 160)	-1093%
Volume de negócios	31 456	47 681	(16 225)	-34%
Custo das vendas / variação de inventário	(1 132)	(1 997)	865	-43%
Fornecimento e serviços externos	(12 154)	(17 647)	5 493	-31%
Serviços de construção (IFRIC 12) - gasto	(3 162)	(5 353)	2 191	-41%
Gastos com pessoal	(5 304)	(5 385)	81	-2%
Amortizações	(9 910)	(10 186)	276	-3%
Subsídios	2 373	2 015	358	18%
Outros (gastos)/rendimentos operacionais	(122)	(274)	152	-55%
Total dos gastos operacionais (GO)	(29 411)	(38 827)	9 416	-24%
Resultados operacionais	2 045	8 854	(6 809)	-77%
Resultados financeiros	(3 509)	(3 929)	420	-11%
Impostos	1 050	(1 393)	2 443	-175%
Resultado líquido do período	(414)	3 532	(3 946)	-112%
Volume de negócios corrigido	41 158	40 701	457	
GO corrigido/Volume de negócios corrigido	63,78%	82,24%	-18,47	p.p

O volume de negócios apresenta um desvio desfavorável de 16 milhões de euros (1º trimestre de 2018; 5,7 milhões de euros) face ao previsto, sendo que o volume real dos negócios corrigido/ajustado (excluindo o desvio de recuperação de gastos e a IFRIC 12) encontra-se em linha com o EVEF/PAO 2018 (real: 41,1 milhões de euros; previsto: 40,7 milhões de euros).

Este facto somente é possível, pois em termos reais no segundo trimestre de 2018, o "superavit" tarifário ascende a 12,8 milhões de euros (1º trimestre de 2018: 3,9 milhões de euros), enquanto que, o orçamento apresenta um "déficit" tarifário de 1,3 milhões de euros (1º trimestre de 2018: 664 mil euros).

h.
AM
die

O Indicador real dos "Gastos operacionais corrigido" /Volume de negócios corrigido", face ao previsto apresenta um desvio favorável de 18 p.p..

O resultado líquido real do 2º trimestre de 2018 (negativo em 414 mil euros), deve ser analisado considerando a seguinte reconciliação para um resultado líquido ajustado (positivo em 9 milhões de euros):

Descrição	Meuros
RL real no 2º trimestre de 2018	(414)
Correção do desvio tarifário do ano de 2017	4 143
Desvio tarifário (do 1º e 2º trimestres de 2018)	8 722
Ajustamentos antes do efeito fiscal	12 865
Taxa de IRC	26,72%
Efeito fiscal	(3 438)
Ajustamentos após o efeito fiscal	9 427
RL ajustado no 2º trimestre de 2018	9 013

Excluindo do resultado líquido real negativo do segundo trimestre (414 mil euros) o efeito líquido do desvio tarifário (negativo em 9,4 milhões de euros) obtêm-se um resultado líquido positivo ajustado de 9 milhões euros.

CONCLUSÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2018

6. Com a exceção do conteúdo das Notas 6.1 a 6.8 abaixo e considerando as análises apresentadas pelo Conselho de Administração, relativamente aos desvios identificados, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, a informação financeira da AdTA, referente ao segundo trimestre de 2018, findo em 30 de junho, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com a execução orçamental que lhe serve de suporte naquela data:

6.1 O PAO utilizado na análise orçamental deste REO teve como base o do EVEF, o qual inclui premissas que estão desatualizadas face à realidade atual da atividade da AdTA, além de que, os montantes da execução real do segundo trimestre de 2018, encontram-se a ser comparados com o PAO de 2018 (mais concretamente com a "Adenda" elaborada pela Comissão Executiva em 11 de janeiro de 2018), o qual ainda não se encontra aprovado pela Tutela. Acresce que este PAO não inclui as recentes alterações emitidas pelo DLEO 2018, aprovado pelo Decreto-lei 33/2018 de 15 de maio;

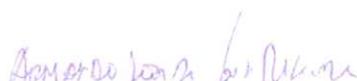
h.
A. J. P.

- 6.2 O EVEF apresenta diferenças substanciais para a posição financeira de abertura da AdTA (em 01/01/2017), essencialmente porque teve por base alguns critérios e valores que não se consubstanciaram no processo de cisão;
- 6.3 Nas nossas conclusões, não nos pronunciamos sobre a totalidade da evolução das orientações legais vigentes, pois não existe um capítulo com a sua divulgação e aprovação no REO 2T 18. Assim, entendemos que somente fará sentido monitorizar estas orientações após a sua formalização e aprovação em capítulo autónomo no referido REO;
- 6.4 A AdTA no segundo trimestre de 2018 optou por corrigir o desvio tarifário de 2017, pelo montante de 4,1 milhões de euros (montante bruto sem efeito fiscal), seguindo desta forma a opinião da ERSAR. Este facto, considerando o efeito fiscal, originou uma redução de balanço e do resultado líquido no segundo trimestre de 2018 de 3,1 milhões de euros, respetivamente. Refira-se que, esta correção, nomeadamente, decorre da inexistência de acordos escritos e assinados que estiveram na origem do reconhecimento de perdas por imparidade com entidades relacionadas no decorrer do período de 2017. Segundo apuramos junto do Conselho de Administração, esta correção será anulada quando os acordos forem assinados e contabilizados, o que se perspetiva que ocorra até ao final do encerramento contabilístico do ano de 2018;
- 6.5 A ERSAR emitiu em 27/04/2018 um projeto de decisão sobre o Orçamento e Projeto Tarifário para o ano de 2018 (OPT 2018), o qual foi enviado pela AdTA em 02/10/2017. Neste projeto de decisão, a ERSAR divulga as métricas a utilizar para efeitos de determinação do Desvio de Recuperação de Gastos para 2018 (DRG 2018), as quais não são coincidentes com as métricas incluídas pela AdTA no período e consequentemente no REO 2T 18. Sobre esta matéria, a AdTA em 14/03/2018 e 22/03/2018, emitiu o contraditório e procedeu a esclarecimentos adicionais, respetivamente. A decisão final da ERSAR foi recebida em junho de 2018, tendo a AdTA submetido novo contraditório em 31 de julho de 2018, não existindo à data deste relatório qualquer resposta, facto que pode condicionar a aprovação dos valores do DRG utilizados no REO 2T 18;
- 6.6 Em 30 de junho de 2018 (segundo trimestre de 2018) não existem demonstrações financeiras intercalares auditadas, pelo que o Conselho Fiscal não pode garantir / validar, com total fiabilidade, as asserções contidas nas rubricas da posição financeira e da demonstração dos resultados apresentadas, na parte da execução;

6.7 Até a esta data ainda não foi possível analisar o conteúdo do parecer do ROC da Entidade relativo ao RET 2T 2018, pois este documento ainda não foi emitido e disponibilizado junto do Conselho de Administração. Assim, as nossas conclusões, encontram-se condicionadas aos assuntos que venham a ser apresentados no documento a apresentar pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), sobre os quais, não existe qualquer referência neste nosso relatório;

6.8 O Órgão de Gestão da AdTA deverá diligenciar para que futuramente as versões finais dos Relatórios de Execução Orçamental (REO) sejam submetidas de forma tempestiva junto do Conselho Fiscal, para emissão do respetivo parecer e, que sejam, atempadamente, submetidas em SIRIEF, conforme estipula a Lei.

Lisboa, 28 de dezembro de 2018


Armando José de Sousa

Resende
(Presidente)


Catarina Alexandra

Carvalho Fins
(Vogal)


Carlos Manuel Antunes

Bernardes
(Vogal)

Parecer do ROC relativo à execução orçamental no segundo trimestre de 2018

Ao Conselho de Administração de
Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Introdução

Procedemos à revisão da informação financeira, incluída em Anexo, relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparada pela Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por AdTA) de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Responsabilidade do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação; (ii) o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas; e (iii) a preparação e submissão oportuna da informação requerida pela legislação aplicável.

Responsabilidade do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da AdTA e emitir o presente relatório que descreve o trabalho efetuado, bem como as eventuais situações relevantes detetadas.

Âmbito

O nosso trabalho foi realizado de acordo com a Norma Internacional de Auditoria sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE 3000). Para tal executámos os seguintes procedimentos:

- a. Acompanhamento da atividade da AdTA através de:
 - Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da AdTA e leitura de atas, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
 - Consulta dos balancetes e restante informação financeira relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018; e
 - Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de seis meses findo a 30 de junho de 2018.
- b. Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, no que se refere aos seguintes aspetos:
 - Deveres de informação previstos no n.º 2 do artigo n.º 24 do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio;
 - Plano de contratação de trabalhadores previsto no artigo n.º 144 do Decreto-Lei n.º 33/2018;
 - Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no artigo n.º 145 do Decreto-Lei n.º 33/2018;
 - Limite de endividamento das empresas do sector empresarial do Estado no artigo n.º 146 do Decreto-Lei n.º 33/2018;
 - Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo n.º 135 da Lei n.º 144/2017
 - Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro; e
 - Princípios de Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro.
- c. Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Entidade e das comunicações / inspeções fiscais.

O trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da AdTA. Consequentemente, não estamos em condições de expressar uma opinião de auditoria.

Conclusão

Entendemos realçar as seguintes situações:

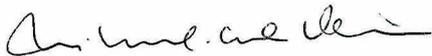
1. O Relatório de Execução Orçamental não apresenta valores comparativos do período homólogo, devido ao processo de Cisão que decorreu no exercício de 2017. No decorrer deste processo, apenas foram migradas a totalidade das contas durante o segundo semestre pelo que a AdTA não dispõe de fechos contabilísticos para a elaboração dos respetivos comparativos.
2. Os montantes relativos ao Volume de Negócios, no montante total de 31.456 milhares de euros a 30 de junho de 2018, apresentam um desvio desfavorável de cerca de 16 milhões de euros para os valores orçamentados. Verifica-se que as Prestação de Serviços, no montante de 41.143 milhares de euros, se encontram perto do valor orçamentado uma vez que a Entidade aplica os denominados “Rendimentos Tarifários” aprovados pelo Regulador, os quais já se encontravam orçamentados. A principal variação prende-se com o Desvio de Recuperação de Gastos, apresentando a Entidade ao nível do Orçamento um défice de cerca de 1 milhão de euros e, ao nível da execução trimestral o desvio de recuperação de gastos, é superavitário em cerca de 13 milhões de euros. A variação face ao orçamentado deve-se ao facto da taxa média das Obrigações do Tesouro ser inferior ao previsto em orçamento, a uma variação favorável dos gastos operacionais face ao orçamentado e ao reconhecimento em 2018 do acerto da parcela de Desvio de Recuperação de Gastos de 2017 não aceite pelo Regulador no montante de 4,1 milhões de euros.
3. No que concerne aos gastos operacionais, que totalizam 28.835 milhares de euros (excluindo o efeito dos custos referentes à IFRIC 12) a 30 de junho de 2018, apresentam um desvio favorável de 10 milhões de euros comparativamente aos montantes orçamentados para os primeiros seis meses de 2018. O desvio é justificado essencialmente pelo facto dos valores referidos em orçamento serem os definidos no EVEF (Estudo de Viabilidade Económica e Financeira), o qual se encontra desajustado da realidade operacional da Entidade.
4. Os Resultados Financeiros apresentam-se negativos em 3.509 milhares de euros e são constituídos essencialmente pelos custos de financiamento do BEI, encontrando-se em linha com os valores previstos no orçamento.
5. Relativamente à Posição Financeira, os principais contributos são os seguintes:
 - a. O Ativo Intangível ascende a 459.316 milhares de euros, encontrando-se abaixo do previsto no orçamento em cerca de 5 milhões de euros. Este desvio é essencialmente justificado pelo atraso na execução de obras que se encontravam previstas para o primeiro semestre de 2018;
 - b. Verifica-se que algumas rubricas não se apresentam comparáveis com o orçamento, uma vez que no âmbito do processo da cisão os saldos iniciais reais diferem dos que se havia estimado para efeitos de EVEF, o qual serviu de base ao Orçamento para o ano de 2018, nomeadamente nas rubricas de Disponibilidades, Impostos Diferidos Ativos, Outros Ativos Correntes, e Capital Próprio.
6. Os valores apresentados na coluna de Orçamento no Relatório de Execução Trimestral respeitam ao Plano de Atividade e Orçamento de 2018 submetido à Tutela em 19 de outubro de 2017, o qual não obteve concordância por se encontrar desajustado à realidade da Entidade. A Entidade apresentou um novo plano para 2018 aprovado pelo conselho de administração em 2 de agosto de 2018, e aprovado pela Tutela em 28 de dezembro de 2018.

7. A Entidade apresenta no Relatório de Execução Trimestral um detalhe do cumprimento dos requisitos das orientações legais estabelecidos pelo Decreto-Lei 33/2018. Uma vez que o Orçamento não se encontra ajustado à realidade da Entidade e não são apresentados comparativos referentes ao exercício de 2017, consideramos não ser possível aferir com exatidão o grau de cumprimento das orientações legais estabelecidas pelo Decreto-Lei 33/2018.

Lisboa, 1 de fevereiro de 2019

O Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º178)
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

Anexo I - Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018

Demonstração da posição financeira		30.06.2018
Ativos não correntes		
Ativos intangíveis	mEur	459 316
Ativos fixos tangíveis	mEur	178
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	mEur	28 111
Fundo reconstituição capital	mEur	8 446
Impostos diferidos ativos	mEur	54 722
Clientes e outros ativos não correntes	mEur	1 696
Total dos ativos não correntes	mEur	552 470
Ativos correntes		
Clientes	mEur	23 990
Disponibilidades	mEur	9 210
Outros ativos correntes	mEur	63 273
Total dos ativos correntes	mEur	96 473
Total do ativo	mEur	648 943
Capital próprio dos accionistas maioritários		
Capital social	mEur	113 528
Acções Próprias	mEur	-6 458
Reservas e outros ajustamentos	mEur	344
Resultados transitados	mEur	372
Resultado líquido do exercício	mEur	-414
Total do capital próprio	mEur	107 371
Passivos não correntes		
Financiamentos obtidos	mEur	226 653
Subsídios ao investimento	mEur	136 936
Acréscimos de custos do investimento contratual	mEur	124 501
Outros passivos não correntes	mEur	26 324
Total dos passivos não correntes	mEur	514 414
Passivos correntes		
Financiamentos obtidos	mEur	8 796
Outros passivos correntes	mEur	18 363
Total dos passivos correntes	mEur	27 159
Total do passivo	mEur	541 572
Total do passivo e do capital próprio	mEur	648 943

Demonstração dos resultados		30.06.2018
Venda de subproduto	mEur	16
Prestação de Serviços: Saneamento	mEur	41 143
Rend. Construção (IFRIC12)	mEur	3 162
Desvio de Recuperação de gastos	mEur	-12 864
Volume de Negócios	mEur	31 458
Custo das vendas / variação de inventário	mEur	-4 294
Margem Bruta	mEur	27 163
Fornecimentos e serviços externos	mEur	-12 154
Gastos com pessoal	mEur	-5 304
Amortizações	mEur	-9 910
Provisões e perdas por imparidade (inclui reversões)	mEur	16
Outros gastos e perdas operacionais	mEur	-335
Subsídios ao Investimentos	mEur	2 373
Outros rendimentos e ganhos operacionais	mEur	197
Resultados operacionais	mEur	2 045
Gastos financeiros	mEur	-4 114
Rendimentos financeiros	mEur	604
Resultados financeiros	mEur	-3 510
Resultados antes de impostos	mEur	-1 465
Imposto sobre o rendimento	mEur	1 050
Resultado líquido do Exercício	mEur	-414